



023

13

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 177753-7/01 – Comarca do Cabo de Santo Agostinho – PE

Embargante: Município do Cabo de Santo Agostinho

Embargado: Grupo de Planejamento da Terra Ltda.

5526

EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO. ACLARATÓRIOS PROVIDOS À UNANIMIDADE DE VOTOS. 1. Procede a alegação de que o acórdão embargado incorreu em omissão ao deixar de analisar a regra estabelecida pelo art. 475, II, do CPC. 2. À unanimidade de votos, deu-se provimento aos aclaratórios no sentido de acrescentar ao aresto embargado, sem efeitos infringenciais, tão somente que *"Consoante entendimento jurisprudencial pacificado nesta Corte de Justiça e nos Tribunais Superiores, a regra do art. 475, II, do CPC, segundo a qual a sentença proferida em face da Fazenda Pública só produz seus efeitos após a confirmação do Tribunal, não deve prevalecer em relação ao comando insculpido no art. 520, VII, do CPC, haja vista o fato deste dispositivo disciplinar de maneira específica a matéria referente ao efeito em que é recebido o Recurso de Apelação quando a sentença confirma a antecipação de tutela. Precedentes deste Sodalício: RA 170037-0/01 e AC 160930-3."* 3. Recurso provido de forma indispente.



024

14

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 177753-7/01, em sessão realizada no dia ____ de ____ de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em dar-lhe provimento para sanar a omissão suscitada, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 28 de 04 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães -- Relator



025

15

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 177753-7/01 – Comarca do Cabo de Santo Agostinho – PE

Embargante: Município do Cabo de Santo Agostinho

Embargado: Grupo de Planejamento da Terra Ltda.

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Agravo de Instrumento em apenso que, no entender do embargante, incorreu em omissão ao negar provimento à interposição para manter a decisão então recorrida, que, por sua vez, recebeu a apelação interposta pelo ora Embargante apenas no efeito devolutivo, nos termos no art. 520, VII, do CPC.

Em suas razões, de fls. 02/05, alega o embargante a ocorrência de omissão do acórdão no que tange à análise do art. 475, II, do CPC.

Em síntese, o recorrente sustenta a tese de que o comando do art. 520, VII, do CPC, deve ser interpretado em plena sintonia com o art. 475, II, do mesmo diploma legal, o qual impõe que as sentenças proferidas contra a Fazenda Pública apenas produzirão efeito após o reexame necessário, pelo que, no seu entender, seria imperiosa a atribuição do efeito suspensivo à aludida apelação.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão alegada e prequestionar a matéria ventilada.

É o relatório.

Recife, 28 de 01 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



026
16

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 177753-7/01 – Comarca do Cabo de Santo Agostinho – PE

Embargante: Município do Cabo de Santo Agostinho

Embargado: Grupo de Planejamento da Terra Ltda.

VOTO

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, dessarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Com efeito, verifico que a alegação de omissão do aresto guerreado merece respaldo, uma vez que não fora feita a devida menção acerca da preliminar suscitada.

Em face do exposto, conheço e acolho os embargos de declaração, a fim de declarar a omissão existente, acrescentando ao *decisum* embargado, com o fim de integrá-lo sem que se opere efeito infringencial, que *"Consoante entendimento jurisprudencial pacificado nesta Corte de Justiça e nos Tribunais Superiores, a regra do art. 475, II, do CPC, segundo a qual a sentença proferida em face da Fazenda Pública só produz seus efeitos após a confirmação do Tribunal, não deve prevalecer em relação ao comando insculpido no art. 520, VII, do CPC, haja vista o fato deste dispositivo disciplinar de maneira específica a matéria referente ao efeito em que é recebido o Recurso de Apelação quando a sentença confirma a antecipação de tutela. Precedentes deste Sodalício: RA 170037-0/01 e AC 160930-3."*

É como voto.

Recife, 28 de 01 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator